

ATA DE REUNIÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE MESTRADO EM DIREITO DA FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS – FDA/UFAL REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2013

Aos dias vinte e dois de maio de dois mil e treze, às onze horas, na sala do Mestrado, foi iniciada a reunião do Colegiado do Curso de Mestrado de Direito da FDA/UFAL, com a presença dos professores doutores Adrualdo Catão, Marcos Ehrhardt, Andreas Krell, Graça Gurgel e Alberto Jorge, o representante dos discentes, Bruno Leitão, e a Secretária de Mestrado, Sara Albuquerque. Foram colocados em pauta os seguintes objetos de discussão: 1) Revista do Mestrado em Direito; 2) Lista dos livros obrigatórios; 3) Pontos para seleção 2014; 4) Manual com Regras de Apresentação e Uniformização dos Trabalhos Acadêmicos; 5) Requerimento da Profa. Elaine Pimentel; e 6) Alteração do Regimento interno. **No que tange ao ponto 1 (Revista do Mestrado em Direito)**, ficou deliberado que os professores deste Programa deverão comunicar a esta Secretaria, até o dia 31 de maio de 2013, os nomes de três docentes, sua respectiva Instituição de Ensino, seus telefones e *e-mail*, que possam funcionar como pareceristas da Revista eletrônica de Mestrado em Direito. De preferência, os próprios professores deste Programa deverão entrar em contato com os docentes indicados. Ademais, ficou deliberado que esta Secretaria entrará em contato com os candidatos que submeteram artigos à Revista para que eles possam retificar e reenviar os respectivos artigos, até dia 30 de maio de 2013, com a observância das regras metodológicas dispostas no edital. **Acerca do ponto 2 (Lista dos livros obrigatórios)**, ficou deliberado que os mestrandos deste Programa passarão a ter como leitura obrigatória geral e respectivo fichamento os seguintes livros: Alexy, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. SP: Malheiros 2008; e Larenz, Karl. Metodologia da ciência do Direito. Lisboa: Fund. C. Gulbenkian. Além destes, os mestrandos deverão se comprometer junto a seu orientador, por meio da assinatura de um formulário disponível nesta Secretaria, a proceder com a leitura de mais dois livros escolhidos dentre os indicados na Lista de Livros de Leitura Obrigatória em anexo. **Sobre o ponto 3 (Seleção de Mestrado 2014)**, deverá o professor Beclaute Oliveira trazer, na próxima reunião, sugestões de pontos para a prova dissertativa da Seleção de Mestrado 2014. Ficou ainda facultado aos demais professores interessados o envio destas sugestões. **No que se refere ao ponto 4**, ficou aprovado o “Manual com Regras de Apresentação e Uniformização dos Trabalhos Acadêmicos” elaborado pelas mestrandas Mariana Falcão e Fernanda Calixto, que passará a ficar disponível no sítio virtual deste Programa de Mestrado. **Referente ao ponto 5**, foi analisado e deferido o requerimento da professora Doutora Elaine Cristina Pimentel Costa, no sentido de incluí-la no corpo de docentes deste Programa de Mestrado, onde passará a lecionar a disciplina “Criminologia, política criminal e direitos fundamentais”, vinculada à linha de pesquisa “Os Direitos Fundamentais e sua aplicação na Modernidade”. **Por fim, atinente ao ponto 6**, ficou o Prof. Marcos responsável por trazer a minuta de alteração do regimento no que se refere às disposições acerca da disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica e do credenciamento de novos professores ao Programa. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Sara Albuquerque _____, Secretária do Mestrado, lavrei a presente ata e assinei junto aos demais presentes.

Adrualdo Catão
(Coordenador da Pós-Graduação em Direito)

Marcos Ehrhardt
(Vice-Coordenador da Pós-Graduação em Direito)

Andreas Krell
(Professor)

Alberto Jorge
(Professor)

Graça Gurgel
(Professor)

Bruno Leitão
(Representante dos discentes)

Sara Albuquerque
(Secretária)

ANEXO 1

<u>PROFESSOR</u>	<u>LIVROS DE LEITURA OBRIGATÓRIA</u>
Pedro Henrique Nogueira	<p>1. DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. Teoria dos Fatos Jurídicos Processuais. 2ª ed. Salvador: Juspodivm, 2013.</p> <p>2. NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa; COSTA, Eduardo J. da Fonseca (org.). Reclamação Constitucional. Salvador: Juspodivm, 2013.</p> <p>3. COSTA, Eduardo José da Fonseca; MOURÃO, Luiz Eduardo Ribeiro; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (Coords.). Teoria Quinária da Ação – Estudos em homenagem a Pontes de Miranda nos 30 anos de seu falecimento. Salvador: Juspodivm, 2010.</p>
Beclaute Oliveira Silva	<p>1. FERRAZ JR., Tércio Sampaio. "Introdução ao estudo do direito". São Paulo: Atlas, 2002;</p> <p>2. LORENZETTI, Ricardo Luis. "Teoria da decisão judicial". Trad. Bruno Miragem. São Paulo: RT, 2009;</p> <p>3. VILANOVA, Lourival. "Causalidade e relação no direito". São Paulo: RT, 1999.</p> <p>4. _____. "As estruturas lógicas e o sistema no direito positivo". São Paulo: Noeses, 2001.</p>
Marcos Ehrhardt Jr.	<p>FACHIN, Luiz Edson. Teoria Crítica do Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.</p> <p>LORENZETTI, Ricardo Luis. Fundamentos do Direito Privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.</p> <p>PERLINGIERI, Pietro. Perfis do Direito Civil: introdução ao Direito Civil Constitucional. Trad. Maria Cristina De Cicco. 2.ed. São Paulo: Renovar, 2002.</p>
Alessandra Marchioni	<p>HARVEY, David. Condição Pós-moderna. 22ª edição. São Paulo:ed Loyola, 2012, 348p.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. 5ª edição São Paulo: Papius, 2004, 224p.</p> <p>ALVARADO, Paola. Tribunal Europeo y Corte Interamericana de Derechos Humanos: ¿escenarios idóneos para la garantía del derecho de acceso a la justicia internacional? Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2008, 148p. Temas de Derecho Público n. 78. (disponibilizado pela professora)</p>

<p>Gabriel Ivo</p>	<p>1. TEORIA PURA DO DIREITO, de Hans Kelsen; 2. DIREITO TRIBUTÁRIO, LINGUAGEM E MÉTODO, de Paulo de Barros Carvalho, editora Noeses; 3. TEORIA GERAL DO DIREITO TRIBUTÁRIO, de Alfredo Augusto Becker, editora Noeses; 4. O MITO DA PROPRIEDADE, de Liam Murphy e Thomas Nagel, editora Martins Fontes; 5. DAS FONTES ÀS NORMAS, de Ricardo Guastini, editora Quartier Latin; 6. O DIREITO COMO TEXTO, de Gregorio Robles, editora Manole.</p>
<p>Alberto Jorge Correia de Barros Lima</p>	<p>BARROS LIMA, Alberto Jorge Correia de. Direito Penal Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico - Lições de Filosofia do Direito. Trad. Márcio Pugliesi, E. Bini e Carlos Rodrigues, São Paulo: Ícone, 1995.</p> <p>FERRAJOLI, Luigi. Dirritto e Ragione - teoria del garantismo penale. Roma: Laterza, 1990. (Há uma tradução para o português na edição brasileira da Revista dos Tribunais).</p>
<p>Fábio Lins</p>	<p>1 - CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO Celso Antônio Bandeira de Mello Editora Malheiros</p> <p>2 - A NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O DIREITO ADMINISTRATIVO Bruno Miragem Editora Revista dos Tribunais</p> <p>3 - UMA TEORIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO: Direitos Fundamentais, Democracia e Constitucionalização Gustavo Binenbojm Editora Renova</p>
<p>Andreas Krell</p>	<p>1) Alexy, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. SP: Malheiros 2008. 2) Ávila, Humberto. Teoria dos princípios. 13. ed. SP: Malheiros, 2012. 3) Sarlet, Ingo W. Eficácia dos direitos fundamentais. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. Além disso, recomendado para todos, obrigatório para orientandos meus (a partir de 2013): -- Krell, Andreas. Discricionariedade administrativa e conceitos legais indeterminados. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.</p>

	-- Larenz, Karl. Metodologia da ciencia do Direito. Lisboa: Fund. C. Gulbenkian.
Adrualdo Catão	<p>Uma Introdução Histórica ao Direito Constitucional Ocidental. Autor: Caenegem, R. C. Van. Editora: Fundação Calouste Gulbenkian.</p> <p>Liberdade e a Lei. Bruno Leoni. (Link pdf gratuito http://www.mises.org.br/files/literature/Liberdade%20e%20a%20Lei.pdf)</p> <p>A natureza do processo judicial. Benjamin Cardozo. Martins Fontes.</p>
Christian Caubet	<p>CARSON, Rachel. <i>Primavera Silenciosa</i>. Tradução: Claudia Sant'Anna Martins. 1 Edição. São Paulo: Gaia. 2010. 327 p.</p> <p>FERREIRA, Leila da Costa. <i>A questão ambiental na América Latina</i>. Campinas, SP : Editora da Unicamp. 2011. 287 p.</p> <p>OLIVEIRA, Carina Costa de ; SAMPAIO, Rômulo Silveira da Rocha. (Org.). <i>A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável : a governança dos atores públicos e privados</i>. Rio de Janeiro : FGV, Direito Rio, 2011. 344p</p>
Graça Gurgel	<p>1)HELLER, Hermann.Teoria do Estado.Trad.Lycyurgo gomes da Motta.São Paulo Editora Mestre Jou,1968.</p> <p>2)LOEWENSTEIN,Karl. Teoría de La Constitución. Trad.Alfredo Gallego Anabitarte.Barcelona:Editora Ariel S.A.1986.</p> <p>3)CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Constituição Dirigente e vinculação do Legislador: Contributo para a Compreensão das Normas constitucionais Programáticas. Coimbra:Coimbra Editora Ltda,1994.</p> <p>4)COELHO, Luiz Fernando.Direito Constitucional e Filosofia da Constituição.Curitiba, Juruá Ed.,2009.</p> <p>5)ROMEO, Francisco Palacios. Nuevo Constitucionalismo Participativo en Latinoamérica: Una Propuesta Frente a la Crisis del Behemoth Occidental.Espanha:Editorial Aranzadi SA,2012.</p> <p>6)HÄBERLE,Peter. El Estado Constitucional.Trad. Hpector Fix-Fierro.México:UNAM,2003.</p>
Manoel Cavalcante	<p>LIMA NETO, Manoel Cavalcante de. <i>Direitos Fundamentais dos Contribuintes: Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar</i>. Recife: Nossa Livraria, 2005.</p> <p>NABAIS, José Casalta. <i>Dever Fundamental de Pagar Impostos</i>. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.</p>

	TORRES, Ricardo Lobo. <i>Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário. (Os direitos humanos e a tributação: imunidades e isonomia)</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 1999. V. III.
Olga Jubert Gouveia Krell	<p>- OLIVEIRA, Luciano. Sua Excelência, o Comissário e outros ensaios de Sociologia Jurídica. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.</p> <p>- SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma revolução democrática da Justiça. 3. 6ú. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>- SOUTO, Cláudio. Teoria Sociológica Geral – Uma fundamentação mais abrangente. São Paulo: EPU, 2006.</p>
Querino Mallmann	<p>CERQUEIRA, J. Da Gama. Tratado de Propriedade Industrial. 3ª Edição, 2ª Tiragem, Livraria e editora Gúmen júris, RJ, 2012.</p> <p>JESSEN, Henry. <i>Derechos Intelectuales: de los Autores, Artistas, Productores de Fonogramas y Otros Titulares</i>. Trad. Luis Grez Zuloaga. Santiago de Chile: Editorial Jurídica de Chile, 1970.</p> <p>HAMMES, Bruno Jorge. <i>O Direito da Propriedade Intelectual: subsídios para o ensino, de acordo com a lei 9.610 de 19.02.1998</i>. 2ª edição, São Leopoldo: Unisinos, 2000.</p>
George Sarmento	<p>El Canon neoconstitucional. Miguel Carbonel e Leonardo Garcia Jaramillo. Madrid: Editorial Trotta, 2010.</p> <p>Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976. José Carlos Vieira de Andrade. Coimbra: Almedina, 2012.</p> <p>Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. Flávia Piovesan. São Paulo: Saraiva, 2012.</p>
Frederico Dantas e Francisco Wildo	<p>TAVARES, André Ramos. Teoria da Justiça Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>SÁNCHEZ, José Acosta. Formación de la Constitución y Jurisdicción Constitucional. Madrid: Tecnos, 1998.</p> <p>ENTERRÍA, Eduardo Garcia de. La Constitución como norma y el Tribunal Constitucional. 3 ed., Madrid: Civitas, 1994.</p> <p>TREMPS, Pablo Pérez. Tribunal constitucional y Poder Judicial. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.</p>
Marcos	MELLO, Marcos Bernardes de. <i>Teoria do fato jurídico</i> – Plano da

Bernardes de Mello	<p>Existência. 19ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>MELLO, Marcos Bernardes de. <i>Teoria do fato jurídico – Plano da Validade</i>. 12ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>MELLO, Marcos Bernardes de. <i>Teoria do fato jurídico – Plano da Eficácia</i>. 8ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>
---------------------------	---